

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE  
CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E  
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS E O  
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,  
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE CULTURA, VISANDO  
INTEGRAÇÃO ENTRE CULTURA E MEIO  
AMBIENTE.

O **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE** situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", Brasília/DF, CNPJ no 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5o andar, Brasília/DF, doravante denominado MMA, neste ato representado por sua excelentíssima Ministra, **MARINA SILVA**, brasileira, casada, residente e domiciliada em Brasília/DF, Carteira de Identidade no 0090566-SSP/AC e inscrita no CPF sob no 119.807.612-72, nomeada pelo Decreto de 1o de janeiro de 2003, o **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**, Autarquia Federal, de Regime Especial, criada pela lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, alteradas pelas leis nº 7.804, de 18 de julho de 1989, 7.957 de 20 de dezembro de 1989, e 8.028 de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, CGC nº 03.659.166/0001-02, com sede à Praça Quinze de Novembro n.42, Centro, Rio de Janeiro, neste ato representado por seu



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Gerente Executivo do IBAMA no Estado do Rio de Janeiro Dr. Rogério Rocco, residente e domiciliado Rua Aristides Lobo, 119, apto. 407, Estácio, Rio de Janeiro, C.I. Nº 110260-OAB-RJ, e **O ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, através da **SECRETARIA DE CULTURA**, neste ato representado pelo Secretário, Dr. Arnaldo Niskier, residente e domiciliado à Rua México, 125, 13º andar, Centro, Rio de Janeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 004434927-00, sujeitando-se aos termos do Decreto-Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1994, republicada no D.O.U. em 06 de julho de 1994, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro 1986, Decreto nº 20, de 01 de fevereiro 1991, Decreto nº 449 de 17 fevereiro de 1992, Instruções Normativas nº 03, de 27 de maio de 1991, 10, de 02 de outubro de 1991, ambas do Departamento do Tesouro Nacional, e Instrução Normativa nº 02 de 19 de abril de 1993, da Secretaria do Tesouro Nacional, **RESOLVEM** celebrar o presente Instrumento, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo tem por objeto a utilização do Parque Lage, em especial na Escola de Artes Visuais, localizada à Rua Jardim Botânico n.414, para a integração entre cultura e meio ambiente, como espaço de cidadania e inclusão social, bem como a divulgação de trabalhos artísticos e campanhas para a preservação da biodiversidade do bioma da Mata Atlântica.



## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **I - Constituem obrigações do IBAMA**

- a) propor projetos que integrem cultura e meio ambiente;
- b) propor projetos de educação ambiental, socioambientais e com comunidades do entorno em parceria com a Escola de Artes Visuais (EAV);
- c) realizar treinamentos e/ou capacitações técnicas;
- d) realizar eventos de educação ambiental e socioambientais, visando à preservação do meio ambiente,;
- e) realizar consultoria técnica nas áreas verdes, por solicitação expressa da Direção da EAV.
- f) manejar, a partir da cota 100, a trilha Parque Lage/Corcovado,.

### **II - Constituem Obrigações da SECRETARIA DE CULTURA:**

- a) colaborar na atuação das equipes técnicas da Escola de Artes Visuais na execução dos seus trabalhos, necessários ao cumprimento do presente Instrumento;
- b) realizar o controle e a fiscalização do presente Instrumento;
- c) promover a divulgação das ações do objeto deste Instrumento;
- d) promover a conservação e a restauração das instalações segundo as especificações e diretrizes que venham ser estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL,  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), observando, ainda, as normas de conservação e preservação ambiental estabelecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

e) submeter à aprovação da Secretaria de Estado da Administração, do Patrimônio e do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional projetos de reformas e/ou benfeitorias na área do Parque Lage.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento será de 5 (cinco) anos a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado e/ou alterado mediante lavratura de Termo Aditivo, se houver interesse das partes.

### CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **IBAMA** providenciará, à sua conta, a publicação deste Instrumento em extrato no Diário Oficial da União dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar do 5º dia útil do mês subsequente a sua assinatura.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

**CLÁUSULA QUINTA - DA RECISÃO**

O presente Termo poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, mediante notificação, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, e ainda, por infração de quaisquer Cláusulas ou condições, estabelecidas neste Instrumento.

**CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICIDADE**

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS OU CONTROVÉRSIAS**

Na eventualidade de controvérsias surgidas na interpretação e aplicação, ou conflitos surgidos no cumprimento deste Acordo, os partícipes concordam em solucioná-las administrativamente, e, em última instância, submetê-las à apreciação da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 8º-B, da Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995, na redação da Medida Provisória nº 71, de 3 de outubro de 2002, que também será competente para dirimir quaisquer outras questões oriundas do presente Acordo, nos termos do inciso XI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.



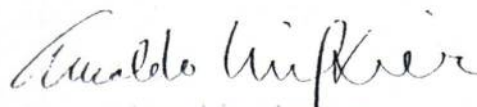
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

E assim, por estarem justos e de acordo, firmam o presente instrumento, em (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Rio de Janeiro-RJ, 21 de dezembro de 2005



**Marina Silva**  
MINISTRA DO MEIO AMBIENTE

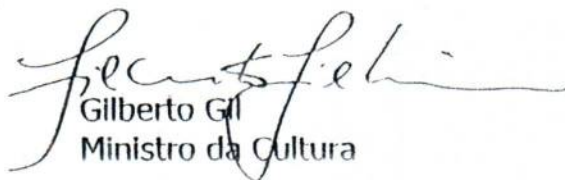


**Arnaldo Niskier**  
SECRETÁRIO DE CULTURA DO GOVERNO  
DO RIO DE JANEIRO



**Rogério Rocco**  
GERENTE EXECUTIVO DO IBAMA  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**TESTEMUNHAS:**



**Gilberto Gil**  
Ministro da Cultura



**Carlos Minc**  
Deputado estadual  
Representante da Assembléia Legislativa do  
Estado do Rio de Janeiro

TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICA VISANDO INTE-  
GRAÇÃO ENTRE CULTU-  
RA E MEIO AMBIENTE

MIN. MEIO AMBIENTE

IBAMA

ESTADO RJ

21/12/2005

VIGÊNCIA: 5 ANOS, PROR.  
ROGÁVEIS MEDIANTE

TERMO ADITIVO